



A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM UMA CIDADE MÉDIA PARAENSE: UM OLHAR SOBRE A RELAÇÃO DE CLASSE E RAÇA EM CASTANHAL.

Kaleb De Lima Brito ¹
Mauro Emilio da Costa Silva ²

RESUMO

O programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), emergente a partir de 2009, tem se caracterizado como uma política habitacional nacional com vistas a um duplo papel. De um lado, viabilizar acumulação de capital segura e rentável para o setor imobiliário. E, por outro lado, produzir moradias para diferentes segmentos sociais, abrangendo desde sujeitos possuidores de uma renda entre um e três salários-mínimos até os possuidores de dez salários-mínimos. Contudo, devido a tal programa habitacional ter se voltado majoritariamente para o atendimento dos interesses imobiliários do capital, foram (re)produzidas variadas contradições e problemáticas socioespaciais, tanto em metrópoles quanto em cidades médias receptoras do PMCMV. Diante de tal situação, o objetivo do presente artigo é analisar como a variável racial se insere nas dinâmicas de segregação do PMCMV em Castanhal. Para tal, parte-se de uma análise qualiquantitativa, metodologicamente fundada na revisão bibliográfica e na consulta dos dados do SIDRA IBGE, referentes aos rendimentos mensais entre diferentes grupos raciais em Castanhal. Como resultados obtidos, pôde-se observar que a dimensão racial atua na distribuição dos diferentes e desiguais rendimentos mensais dos sujeitos e que, por sua vez, irá condicionar ao tipo de moradia do PMCMV recebida e, junto disso, as problemáticas que estes terão a partir disso.

Palavras-chave: PMCMV; segregação socioespacial; raça; classe.

ABSTRACT

The Minha Casa Minha Vida Program (PMCMV), which emerged in 2009, has been characterized as a national housing policy with a dual role. On one hand, to enable safe and profitable capital accumulation for the real estate sector; and, on the other hand, to produce housing for different social segments, ranging from individuals earning between one and three minimum wages to those earning up to ten. However, as this housing program has mainly focused on meeting the interests of real estate capital, various contradictions and socio-spatial problems have been (re)produced, both in metropolises and in medium-sized cities receiving the PMCMV. In light of this situation, the objective of this article is to analyze how the racial variable is inserted into the segregation dynamics of the PMCMV in Castanhal. To this end, the study is based on a qualitative-quantitative analysis, methodologically grounded in bibliographic review and in the consultation of SIDRA/IBGE data concerning monthly incomes among different racial groups in Castanhal. The results show that the racial dimension influences the distribution of different and unequal monthly incomes, which, in turn, determines the type of PMCMV housing received and the problems arising from it.

Keywords: PMCMV; socio-spatial segregation; race; class

INTRODUÇÃO

¹ Mestrando em Geografia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Email: limakaleb695@gmail.com

² Professor efetivo da graduação e pós-graduação da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Email: maurobrasilgeo@yahoo.com.br



Em um modo de produção da sociedade e do espaço, fundado em uma “enorme coleção de mercadorias” (Marx, 2017, p. 113), mesmo uma necessidade humana fundamental como a moradia se torna também objeto de mercantilização, enquanto desdobramento da prática socioespacial hegemônica que torna o solo rural/urbano propriedade privada de determinados agentes socioespaciais (Carlos, 2020). Como consequência disso, o ato de morar e usufruir no espaço urbano passa a ser determinado pelo grau de renda que os indivíduos detêm (Corrêa, 1989), podendo isto acarretar desigualdades socioespaciais, segregações, fragmentações ou em elevados déficits habitacionais dependendo da formação socioespacial em cena.

Especialmente se tratando do acesso à moradia na formação socioespacial Brasileira, historicamente essa foi marcada pelo elevado déficit habitacional para amplos contingentes populacionais mais pobres que migravam para as cidades, sendo tal fenômeno responsável pelos ulteriores processos de autoconstruções de cortiços, loteamentos irregulares, favelas etc. Germinavam esses processos de autoconstruções em um contexto que não era atrativo para o capital imobiliário produzir moradias para os segmentos sociais mais pobres, devido à habitação ser uma mercadoria que, não recebendo financiamentos públicos adequados, possuía um preço elevado e, portanto, não poderia ser paga por amplos segmentos desse público-alvo (Cardoso e Aragão, 2013)

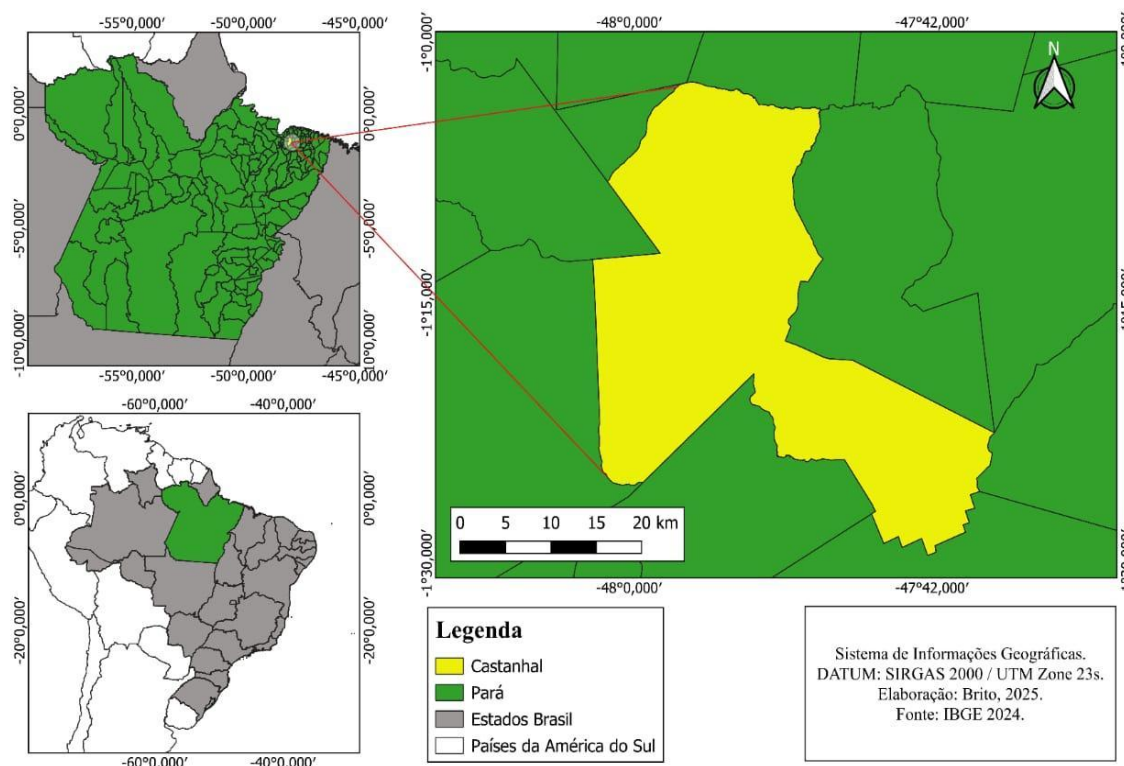
Gradativamente a partir dos anos 2003, até seu culminar definitivo a partir de 2009 por via do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), tal cenário de déficit habitacional em parte passa a mudar, conforme o Governo Federal passa a estimular/subsidiar o setor imobiliário na produção de moradias para variados segmentos sociais que até então não eram atraentes para este setor, como era o caso de sujeitos que possuíam uma renda entre menos 1 a 3 salários-mínimos (Cardoso e Aragão, 2013).

Todavia, enquanto o déficit habitacional em parte foi solucionado, reproduzia-se, por outro lado, uma série de contradições socioespaciais relacionadas à forma que foi conduzida o PMCMV. Ao ter como protagonista o capital imobiliário com sua lógica de lucratividade máxima, em detrimento do setor Estatal ou da participação da sociedade civil, teve-se como resultante a produção de habitações para os segmentos sociais de menor renda em localidades afastadas do centro da cidade, com precária infraestrutura urbana e baixa qualidade arquitetônica. Ocasionalmente tanto a precarização quanto a segregação socioespacial nas cidades receptoras do programa (Cardoso e Aragão, 2013)

Tendo todo esse cenário em vista e buscando dar continuidade a compreensão das implicações em torno deste programa habitacional, dessa vez tendo como prisma aquele que

leva em conta a relação de classe e de raça, fora selecionado como *locus* de estudo uma cidade média do Nordeste Paraense, Castanhal (figura 1), por esta ter recebido uma quantidade significativa de empreendimentos do PMCMV, a partir de 2009.

FIGURA 1-Mapa da localização do município de Castanhal



FONTE: IBGE (2024), elaboração Brito (2025).

Sob tal *locus* de pesquisa, teceu-se as seguintes problemáticas norteadoras: a raça, relacionada a classe, não seria uma outra variável a ser considerada nas dinâmicas de segregação socioespacial nas moradias faixa 1 do PMCMV em Castanhal? Além disso, na segregação socioespacial do PMCMV faixa 1 em Castanhal, haveria como desdobramento um determinado tipo de controle social em dados sujeitos?

Com base nisso, a presente discussão possui como objetivo geral: analisar como a variável racial se insere nas dinâmicas de controle da segregação do PMCMV faixa 1 em Castanhal. Desdobrando-se, por sua vez, nos seguintes objetivos específicos: a) caracterizar a segregação socioespacial do PMCMV faixa 1 em Castanhal como uma ferramenta de controle de classe social; b) relacionar como a variável racial se torna constitutiva da classe social segregada e controlada nas áreas do PMCMV faixa 1 em Castanhal.



Atendendo a esses objetivos e aos de uma pesquisa do tipo quali-quantitativo, os procedimentos metodológicos se constituíram em dois momentos: 1) a revisão e pesquisa bibliográfica, composta pela leitura de livros, dissertações e artigos para a apreensão dos conceitos utilizados e a visualização da dinâmica urbana do PMCMV em Castanhal; 2) levantamento/análise documental, ordenada pela coleta e análise de dados extraídos do sistema SIDRA (IBGE).

METODOLOGIA

Define-se esta pesquisa como sendo do tipo exploratória, uma vez que se busca oferecer aproximações acerca da relação entre segregação socioespacial, classe e raça do PMCMV em uma cidade média paraense. Tal caráter exploratório se justifica diante da pouca quantidade de estudos que envolvem as relações raciais e o espaço na Amazônia Paraense, de modo geral; além disso, os dados do IBGE que viabilizaram realizar aproximações acerca dos cruzamentos entre raça, classe e segregação possuem certas limitações por se encontrarem desatualizados. Em razão disso, as análises desenvolvidas não possuem a pretensão de esgotar o tema, mas sim oferecer aproximações e sugestões de pesquisas futuras.

Isso posto, o presente estudo possui uma abordagem de caráter quali-quantitativo, baseando-se nos seguintes procedimentos metodológicos: 1) a pesquisa bibliográfica; 2) levantamento e análise documental. A etapa de revisão e pesquisa bibliográfica se baseia na releitura de livros, dissertações e artigos que analisam o percurso e as problemáticas socioespaciais do PMCMV em Castanhal; assim como, essa etapa também foi fundamental para o uso dos conceitos de segregação socioespacial, racismo estrutural e raça. Por se tratar tanto do levantamento do estado de arte quanto para a apreensão dos conceitos utilizados que se pautou tal momento também pela pesquisa bibliográfica (Lencioni e Saint-Clair, 2024).

Por outro lado, a pesquisa documental se delineou no sentido de consultar os dados da quantidade de habitantes por raças e, sobretudo, dos rendimentos mensais entre diferentes grupos raciais presentes no site SIDRA (IBGE), cujos dados mais recentes são os de 2010, depois atualizados para 2019. Através disso, pôde-se tecer comparações e aproximações entre o grau de renda entre sujeitos pertencentes a distintos grupos raciais para, com isso, verificar como a dimensão racial se insere na segregação socioespacial do PMCMV faixa 1 da cidade elencada.

Dentre as limitações metodológicas, destaca-se a já mencionada falta de dados mais atualizados do IBGE. Além disso, os dados de rendimentos mensais de grupos raciais usados



foram referentes à população urbana de Castanhal em geral e não, particularmente, das áreas segregadas do PMCMV mais discutidas, tais como o Jardim das Acácias, Jardim das Flores e Parque dos Buritis. Contudo, a despeito de tais limitações metodológicas mencionadas e do caráter exploratório da pesquisa, mediante a análise dos dados de rendimentos mensais ao lado do referencial teórico selecionado se pôde caminhar a aproximações pertinentes acerca da relação entre classe, raça e segregação socioespacial presente no PMCMV em Castanhal.

REFERENCIAL TEÓRICO

Buscando compreender como a raça se relaciona com a classe na dinâmica de segregação socioespacial do PMCMV faixa 1 em Castanhal, os conceitos que foram mobilizados para referenciar teoricamente a presente investigação foram o de segregação socioespacial, racismo estrutural e raça.

A começar pelo conceito de segregação socioespacial, esta busca representar o processo espacial de separação e rompimento entre as relações de determinados sujeitos sociais, pertencentes a dada área residencial, com o todo do espaço urbano (Sposito, 2013). Derivado da radicalização da diferenciação e desigualdade socioespacial, tal processo se expressa tanto pelas distâncias em relação ao centro urbano das residências dos sujeitos segregados, quanto pelas dificuldades de mobilidade urbana e, de modo geral, nas séries de dificuldades de se acessar o urbano (Carlos, 2020).

Em decorrência disso, os sujeitos que são segregados terão suas condições de pobreza, dificuldade de ascensão social e espoliação urbana intensificadas. Posto que, destaca Negri (2008, p. 136):

Morar num bairro periférico de baixa renda hoje significa muito mais do que apenas ser segregado, significa ter oportunidades desiguais em nível social, econômico, educacional, renda, cultural. Isto quer dizer que um morador de um bairro periférico pobre tem condições mínimas de melhorar socialmente ou economicamente. Implica, na maioria dos casos, em apenas reproduzir a força de trabalho disponível para o capital

Tratando-se mais particularmente do caso da manutenção dos papéis hierárquicos entre os sujeitos sociais, na medida que a segregação socioespacial se insere na esfera da reprodução das relações sociais de produção, isto irá fazer com que esta atenda para a conservação dos lugares em que os indivíduos se situam no interior da divisão social do trabalho e da sociedade de maneira em geral (Corrêa, 1989). Por conta disso, a segregação socioespacial é tanto um produto de uma sociedade dividida em classes sociais, quanto uma condição e meio de reprodução de tal divisão social (Corrêa, 1989).



Por outro lado, precisamente por buscar conservar determinados papéis dos sujeitos que a segregação socioespacial não apenas intensifica desigualdades ou inviabiliza certas possibilidades de ascensão social como se converte também em um meio de “controle social” (Corrêa, 1989; Negri, 2008; Villaça, 2011). Ao manter os indivíduos nas suas devidas posições nas relações de produções hierarquicamente constituídas, o que se estabelece é um tipo de controle responsável por garantir a conservação da ordem socioespacial vigente. Nas palavras de Corrêa (1989, p. 64):

A segregação assim redimensionada aparece com um duplo papel, por ser um meio de manutenção dos privilégios por parte da classe dominante e o de um meio de controle social por esta mesma classe sobre os outros grupos sociais, especialmente a classe operária e o exército industrial de reserva. Este controle está diretamente vinculado à necessidade de se manter grupos sociais desempenhando papéis que lhe são destinados dentro da divisão social do trabalho, papéis que implicam em relações antagônicas de classe, papéis impostos pela classe dominante que precisa controlar um grande segmento da sociedade, não apenas no presente, mas também no futuro, pois se torna necessário que se reproduzam as relações sociais de produção.

Todavia, a despeito de que a segregação socioespacial diga respeito a um meio de controle social realizado em determinada classe social, tal dinâmica não se restringe apenas a dimensão de classe. Uma vez que os sujeitos que são segregados ou que se autosegregam, por estarem inseridos em variadas relações sociais do modo de produção capitalista, irão apresentar múltiplas dimensões e identidades constitutivas e “integradas” entre si, tais como a de raça, gênero, sexualidade, entre outras (Ruas, 2020).

Logo, a segregação socioespacial reproduz uma busca de controle mobilizada a sujeitos que são constituídos por variadas identidades que se relacionam, tendo como resultante variadas e específicas combinações, dependendo do contexto social, temporal e espacial em que estão situados. Para mencionar apenas alguns exemplos, podem ser sujeitos segregados por pertencerem a determinada classe e sexualidade (Trindade e Pavan, 2022), a dada etnia (Qadeer, 2004) e/ou raça (Santos, 2012).

Focalizando-se mais propriamente na relação entre segregação socioespacial, classe e raça, por ser essa a temática da presente discussão. Um dos possíveis pontos de partida para se compreender como se estabelece tal relação é aquele que concebe o racismo como um fenômeno “estrutural”. A partir de estudos que advogam que o racismo é “estrutural” e não apenas individual tampouco apenas institucional (Almeida, 2019); o que se é destacado é, principalmente, que a dimensão racial está presente em variados momentos, relações sociais e espacialidades de determinado tipo de sociedade.

Significa, por meio dessa concepção, considerar que as relações raciais são tanto um produto quanto produtora das relações sociais, econômicas, políticas, ideológicas, culturais e



espaciais. Essa racialização da sociedade, (re)produzida pelo racismo estrutural, expressa-se nas mais variadas formas de desigualdades entre as raças branca e negra, tais como aquelas vistas entre o grau e qualidade educacional, tipo de emprego, renda, moradia, acesso cultural, na composição na população carcerária e até mesmo no genocídio veiculado por aparatos repressivos do Estado. (Hasenbalg, 2005; Almeida, 2019; Gonzales, 2020).

Por conseguinte, ao se inserir na totalidade social por via do racismo estrutural, a raça também irá se relacionar com a classe. Na medida que, segundo Hasenbalg (2005, p. 129), configura-se a situação em que:

A raça, como atributo socialmente elaborado, está relacionada principalmente ao aspecto subordinado da reprodução das classes sociais, isto é, reprodução (formação-qualificação-submissão) e distribuição dos agentes. Portanto, as minorias raciais não estão fora da estrutura de classes das sociedades multirraciais, em que as relações de produção capitalista- ou quaisquer outras relações de produção no caso- são dominantes

Operando em tais níveis no interior das classes sociais, será a raça que irá distribuir os sujeitos na condição de possuidores ou não possuidores dos meios de produção e do capital, assim como no tipo/qualidade do emprego e renda no interior da divisão social do trabalho. Por meio dessa distribuição racializada entre as classes sociais que se tem conduzido ao cenário em que, mesmo no interior de uma mesma classe (como a classe trabalhadora), os piores tipos de empregos, rendas e moradias são preenchidos, majoritariamente, pela população negra (Hasenbalg, 2005; Gonzalez, 2020; Moura, 2025).

É, assim, mediante esse preenchimento das posições que será reproduzido privilégios materiais e simbólicos geracionais para a população branca em detrimento da negra, através de uma relação dialética análoga àquela observada entre a riqueza e a pobreza oriunda da relação entre o Capital e o Trabalho dita por Marx (2017, p.721), no sentido de que: “a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital”.

De modo análogo, a acumulação de riqueza, prestígio e melhores empregos num polo (o branco/a) é, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, ignorância e brutalização (pelo encarceramento em massa e a violência policial) no polo oposto, o negro/a. Por isso, o racismo e a classificação racial, ao invés de se configurar como algo residual ou irrelevante, comportam-se enquanto uma estrutura e processo funcional para sociedades racistas, como é no caso da sociedade brasileira.

Por outro lado, a despeito de que seja funcional para a organização social tal racialização, isto também não deixa de se converter em um certo problema para os agentes



dominantes. Resultando no cenário em que, nas palavras de Oliveira (2020), “o negro se torna um problema espacial”. Sendo, a partir disso, 3 ações mobilizadas como meios de contenção desse “problema espacial”: 1) interditar e confinar a população negra a determinados espaços; 2) promover ações e imaginários de embranquecimento; 3) mobilizar ações de extermínio físico da população negra (Oliveira, 2020).

No caso da medida 1 para lidar com tal “problema espacial”, esta pode variar a depender do contexto social, temporal e espacial. Contudo, advoga-se que a segregação socioespacial se qualifica enquanto um dos principais meios para impor tal “interdição” e “confinamento espacial” da população negra. Posto que, separar e causar o rompimento das articulações de dados sujeitos com o restante do urbano (Sposito, 2013), trata-se também de uma medida de confinamento a certos espaços da cidade. E, ao mesmo tempo, tal confinamento engendrado à população negra será aquilo que irá (re) produzir tanto a ausência de cidadania, assim como irá fazer com que essa esteja inserida dentro de uma lógica de controle social.

Tendo todo esse cenário em vista, no que concerne a produção de habitações do PMCMV que tem conduzido em alguns casos a segregação socioespacial, principalmente, daqueles/as que são do segmento “faixa 1”. O que se pode refletir a partir de lentes que levam em conta a presença do racismo estrutural e a raça em tais dinâmicas é que os sujeitos que irão ser inseridos em tal processo de segregação não se reduzem a classe social que personificam.³ Ao contrário disso, os sujeitos do faixa 1 do PMCMV que são segregados, esses/as o são por pertencerem tanto a determinado segmento da classe social (a classe trabalhadora com menor renda e piores tipos de trabalhos) como a determinada raça (a negra).

Portanto, a segregação socioespacial que acontece no PMCMV, ao relacionar a dimensão de classe e raça dos sujeitos, converte-se num meio de controle social aplicado a sujeitos pertencentes a classe trabalhadora que são, majoritariamente, não-brancos/as. Situação essa a ser observada no caso de uma cidade média da Amazônia paraense, como Castanhal.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

³ A Geografia, historicamente, constitui-se enquanto um saber permeado por dicotomias, tal como se observa pelas históricas dicotomias entre a “Geografia Geral” e “Geografia Regional ou especial”, “Geografia física” e “Geografia humana”. Buscando não dar margem para tais possíveis raciocínios dicotômicos, cabe afirmar que ao se pontuar aqui que as dinâmicas socioespaciais não se reduzem a classe social que isso não implica em diminuir a importância ou tampouco ponderar que a classe social tenha perdido de vez sua relevância analítica/empírica. Muito ao contrário disso, em dinâmicas socioespaciais, geralmente de naturezas complexas, o que se advoga é que a busca de compreensão das particulares dimensões dos, nesse caso sujeitos segregados, exige que esses sejam observados para além de apenas uma única dimensão. Portanto, não cabe sustentar uma nova dicotomia ou mesmo alguma espécie de hierarquia de qual variável seria mais determinante nesse processo, tendo em vista que cada vez mais a realidade tem demonstrado que é através da combinação de variáveis que se pode caminhar a uma apreensão mais rica dos fenômenos estudados.



Ao longo de sua história, a expansão do espaço urbano de Castanhal esteve atrelada a atuação de variados agentes socioespaciais, conforme houve a participação tanto de agentes como o Estado e o Capital Imobiliário, produzindo seja loteamentos ou conjuntos habitacionais públicos ou privados; quanto de agentes precariamente incluídos que a partir de ocupações foram responsáveis por produzirem bairros como os do Jaderlândia, entre outros (Carvalho *et al*, 2019).

A partir de 2009, contudo, Castanhal passa a também ter como rebatimentos, na produção do seu espaço urbano, aqueles gerados pelos empreendimentos habitacionais do PMCMV. Uma vez que, deste período em diante, cerca de 17 empreendimentos foram produzidos (Carvalho, 2023), sendo esses distribuídos e caracterizados da seguinte forma:

Quadro 1-Os empreendimentos do PMCMV em Castanhal

Empreendimento do PMCMV	Número de habitações	Localização dos empreendimentos do PMCMV	Faixas
Parque dos Castanhais	499	Novo Estrela	Faixa 1
Parque dos Buritis	500	Novo Estrela	Faixa 1
Jardim Tangarás	496	Fonte Boa	Faixa 1
Jardim dos Ipês	322	Fonte Boa	Faixa 1
Jardim dos Ipês roxo	344	Fonte Boa	Faixa 1
Jardim dos Ipês amarelo	360	Fonte Boa	Faixa 1
Jardim dos Ipês Branco	376	Fonte Boa	Faixa 1
Residencial Japim 1 e 2	1000	Jardim das Acácias	Faixa 1
Residencial Jardim das Flores	500	Bom Jesus	Faixa 1
Celta Residence	120	Estrela	Faixa 2
Residencial Santa Maria	96	Novo Olinda	Faixa 2
Super Life	200	BR-316	Faixa 2
Conjunto Residencial Pedro Coelho da Mota	36	Cristo	Faixa 3
Residencial Cristo Redentor	64	Novo Olinda	Faixa 3
Condomínio Clube Santa Lídia	296	Jaderlândia	Faixa 3

FONTE: Elaboração do autor (2025) com base em Anderson (2023)

Observa-se, mediante o quadro 1, que Castanhal recebeu todas as faixas do PMCMV, ainda que a maioria dos empreendimentos tenham sido os de faixa 1. Estando de acordo com as diretrizes e normas operacionais do Programa, em Castanhal os empreendimentos habitacionais de faixa 1 são destinados aos indivíduos que possuem entre menos 1 a 3 salários-



mínimos, enquanto os de faixa 2 e 3 são voltados para, respectivamente, aqueles/as que recebem entre 3 a 6 salários-mínimos e 6 a 10 salários-mínimos (Cardoso e Aragão, 2013; Santos, Cruz e Ribeiro, 2015).

Essa segmentação dos tipos de moradias obtidas a partir do tipo de renda gera, contudo, uma série de contradições, a começar pela localização. Na medida que os indivíduos que possuem rendas acima de 3 salários-mínimos irão receber moradias localizadas em áreas mais próximas do centro da cidade ou em vias rodoviárias de mais fácil locomoção, enquanto os que recebem menos de 1 a 3 salários-mínimos irão residir em localidades afastadas do centro (Santos, Cruz e Ribeiro, 2015; Carvalho *et al* 2019; Carvalho, 2023).

Tal processo de injustiça espacial presente em Castanhal, sendo expresso já desde a localização dos empreendimentos, ocorre devido ao protagonismo conferido aos agentes imobiliários na produção de moradias do PMCMV. Buscando atender a uma maior lucratividade através de uma maior diminuição dos custos, as construtoras buscaram obter terrenos baratos ou gratuitos que, geralmente, localizam-se afastados do centro da cidade, de maneira que assim pudessem construir moradias que estivesse de acordo com a baixa renda daqueles que são beneficiários na modalidade faixa 1 do programa.

Além de se situar afastados do centro da cidade, os sujeitos contemplados por moradias da faixa 1 do PMCMV em Castanhal também irão conviver com uma série de precariedades socioespaciais, como aquelas relacionadas a ausências de serviços adequados de escola, lazer, comércio, transportes coletivos, segurança e água (Santos, Cruz e Ribeiro, 2015; Carvalho *et al* 2019; Cruz, 2019; Carrera e Ribeiro, 2020; Carvalho, 2023).

De acordo com Santos, Cruz e Ribeiro (2015, p. 59), observa-se como panorama geral destes empreendimentos que:

Em Castanhal, assim como tem sido percebido em pesquisas por todo o Brasil, o processo de segregação socioespacial acompanha de perto as ações do PMCMV, especialmente, com relação aos empreendimentos da faixa de renda até 3 salários-mínimos, localizados nas bordas da cidade e, em alguns casos, como o do Parque dos Castanhais e do Parque dos Buritis, descontínuos ao espaço urbano de Castanhal. Com isso, os moradores passam a conviver com sérias dificuldades de vivenciar a cidade em sua plenitude, uma vez que o acesso aos serviços das mais diversas ordens fica bastante prejudicado.

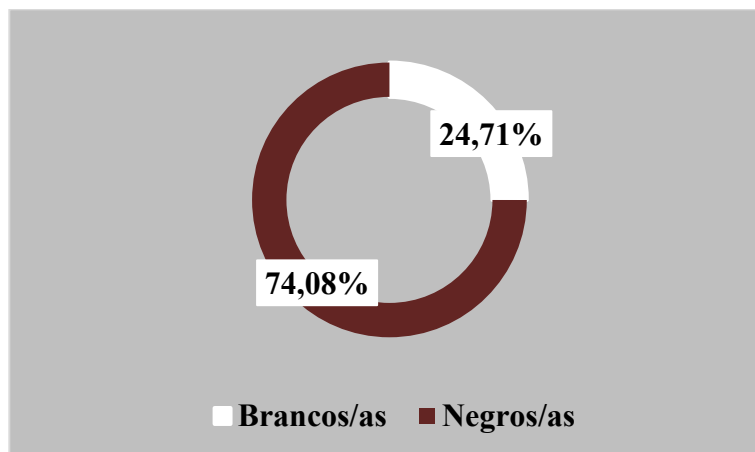
De um lado, a diferenciação socioespacial diz respeito a desigualdade, em termos de infraestrutura socioespacial e facilidade de acesso ao centro entre as áreas do PMCMV, conforme são habitadas por sujeitos com diferentes graus de renda. Por outro lado, a segregação socioespacial, sendo resultante da radicalização da diferenciação/desigualdade socioespacial, produz a separação de determinados sujeitos em relação ao restante do todo urbano (Santos, Cruz e Ribeiro, 2015; Sposito, 2013).



Observando, especialmente, o caso das áreas que são habitadas por sujeitos segregados, como é nos casos do Parque dos Buritis (Ribeiro, 2015), Jardim das Flores (Carvalho *et al*, 2019) e Parque dos Castanhais (Cruz, 2019), as razões elencadas para a segregação destes fora o fato de possuírem determinada faixa de renda ao lado de fatores como a distância do centro da cidade, ausência de mobilidade urbana, infraestrutura urbana precária e até mesmo pela percepção dos moradores de que eram excluídos do restante do espaço urbano. Sem ignorar esses fatores identificados, contudo, o que também se busca destacar nesta discussão é que esses sujeitos que passam a residir em tais áreas não estão excluídos dos efeitos gerados pelo racismo estrutural e a inserção em dada racialidade.

Através da consulta dos dados do SIDRA (IBGE, 2019), pôde-se perceber que os grupos raciais negros/as que residem na cidade de Castanhal são aqueles que mais se situam nos menores rendimentos mensais, entre menos 1 a 3 salários-mínimos, por meio da presença da desigualdade racial produzida pelo racismo estrutural. A começar pela distribuição racial da população de Castanhal, a partir dos dados do IBGE do ano tanto de 2010 quanto do ano de 2022, têm-se a seguinte composição:

Gráfico 1-Distribuição racial da população de Castanhal em 2010



FONTE: Elaboração do autor (2025) com base na tabela 9605 do sistema SIDRA IBGE

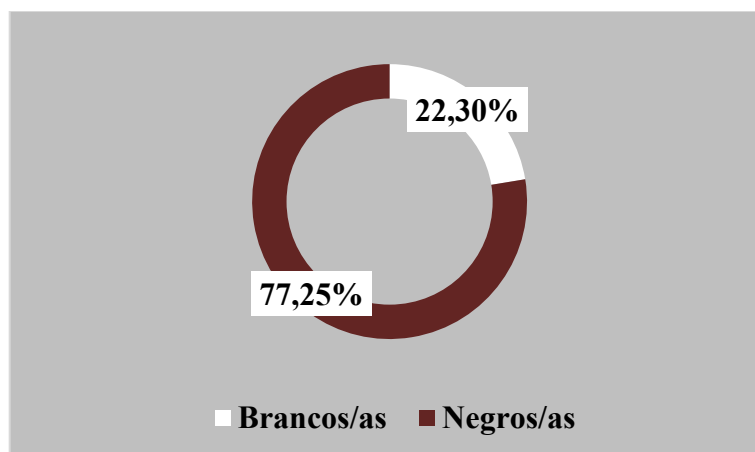
Em 2010, o que os dados do gráfico 1 demonstram é que a população de Castanhal é majoritariamente composta por negros/as, ao representar os expressivos 74, 08%⁴ diante dos

⁴ Na presente análise, o que IBGE classifica como “pardo/a” enquanto raça diferente da “negra”, aqui é inserida na racialidade negra. Compreende-se neste estudo, em consonância com as conhecidas reflexões de Sueli Carneiro apresentadas no correio brasiliense (2004), que a negritude possui diversidade cromática, não se reduzindo as pessoas negras a uma suposta cor mais escura e um traço fenotípico único e padrão. Portanto, o que se imputa como “pardo”, por uma suposta cor de pele mais “clara”, configura-se na verdade como um discurso e modo de ação que busca dividir o segmento negro e invisibilizar a identificação racial de pessoas negras diversas, sendo desde as mais escuras às mais “claras”.



24,71% de brancos/as⁵. Neste período, é como se, aproximadamente, cerca de ¼ da população da referida cidade estivesse sendo composta por brancos/as perante quase ¾ de negros/as. Situação essa que não se modifica significativamente depois de 10 anos, conforme aponta os seguintes dados do IBGE de 2022 (atualizados para 2023):

Gráfico 2-Distribuição racial da população de Castanhal em 2022



FONTE: Elaboração do autor (2025) com base na tabela 9605 do sistema SIDRA IBGE.

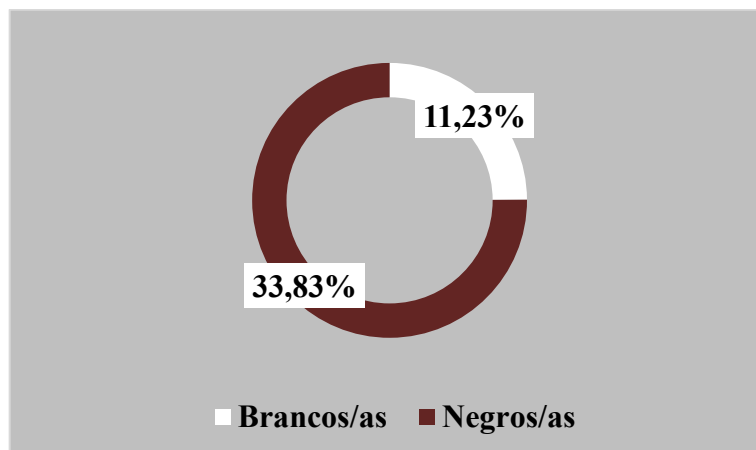
Na verdade, o que os dados de 2022 (atualizados para 2023) revelam é que houve uma pequena diminuição da população branca, enquanto, paralelamente, houve um pequeno aumento da população negra. Em síntese, apresentar esses dados da distribuição racial da população de Castanhal é importante conforme fornecem uma base para se mensurar se há ou não desigualdade racial entre as diferentes/desiguais faixas de rendimentos mensais. Sendo através da desigualdade racial, por essa ser uma expressão do racismo estrutural (Almeida, 2019), que se verificará tanto se há a determinação desse fenômeno estrutural como se há a presença das raças como dimensões, socialmente inventadas, mas constitutivas dos sujeitos segregados.

Cabe também esclarecer, antes de tudo, que os dados de rendimento mensal do IBGE (2019) por raças em Castanhal são agrupados em 12 faixas: 1) até ¼ salário-mínimo; 2) mais de ¼ salário-mínimo a ½ salário-mínimo; 3) mais de ½ salário-mínimo a 1 salário-mínimo; 4) mais de 1 a 2 salários-mínimos; 5) mais de 2 a 3 salários-mínimos; 6) mais de 3 a 5 salários-mínimos; 7) mais de 5 a 10 salários-mínimos; 8) mais de 10 a 15 salários-mínimos; 9) mais de

⁵ A porcentagem restante da população por raças em Castanhal, não inclusa neste gráfico e nos demais que se segue, referem-se ao que IBGE designa pelas categorias “amarelos” e “indígenas”. Precisamente por essas duas categorias não se enquadrarem seja na branca e, sobretudo, na negra, em virtude de suas particularidades raciais, que as raças amarelas e indígenas não adentraram no escopo da presente análise. Não também significando, é claro, que a não inclusão dessas racialidades no estudo seja referente ao fato de que essas não sejam relevantes para as dinâmicas socioespaciais.

15 a 20 salários-mínimos; 10) mais de 20 a 30 salários-mínimos; 11) mais de 30 salários-mínimos; 12) sem rendimentos. Dessas 12 faixas, cerca de 45,06 % dos sujeitos recebem até $\frac{1}{4}$ salário-mínimo a 3 salários-mínimos, da qual se observa a seguinte configuração racial:

Gráfico 3- Indivíduos, por raça, que recebem entre até $\frac{1}{4}$ salário-mínimo a 3 salários-mínimos:



FONTE: Elaboração do autor (2025) com base na tabela 3177 do sistema SIDRA IBGE (2019).

Esses dados dos rendimentos mensais, ao exprimirem que cerca de 45,06% da população de Castanhal pertencentes a tal condição, revelam antes de tudo que a dimensão de classe social ainda é determinante dos processos socioespaciais. Conforme alude para o fato de que a expressiva desigualdade social entre classes se revela como um fenômeno presente, havendo também, inclusive, a presença de um contingente significativo da população branca sendo também alvo dessa extrema pobreza e desigualdade.

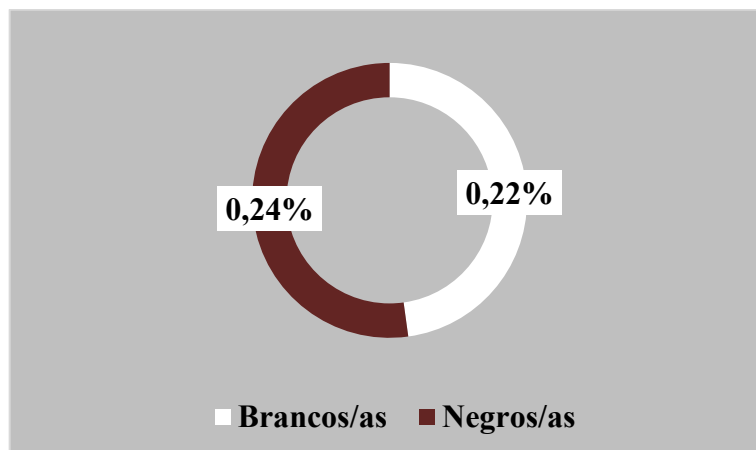
Todavia, além dessa constatação envolvendo a dimensão mais propriamente de classe social, mediante os dados do gráfico 3, observa-se que a maioria dos indivíduos que recebem os menores rendimentos (entre até $\frac{1}{4}$ salário-mínimo a 3 salários-mínimos), são pertencentes à raça negra. Tal situação de desigualdade racial poderia ser contestada pela proposição de que a maior parte da população em Castanhal é não-branca, conforme mostram os gráficos 1 e 2.

Por meio dessa possível contestação, supondo-se que a desigualdade nos menores rendimentos poderia ser explicada não em virtude do racismo estrutural, mas da maior quantidade de negros/as perante os brancos/as, tal fato deveria causar também uma grande disparidade de preenchimento para a população negra entre aqueles/as que recebem a partir de 10 salários-mínimos, ou seja, os maiores rendimentos mensais, já que estes representam a maior parte da população de Castanhal.

Tendo essa possível contestação em vista que se torna necessário também comparar os rendimentos mensais acima de 10 salários-mínimos, abarcando as faixas de mais de 10 a 15

salários-mínimos, mais de 15 a 20 salários-mínimos, mais de 20 a 30 salários-mínimos e mais de 30 salários-mínimos. Entre essas faixas, têm-se apenas cerca de 0,46 % da população de Castanhal em tais rendimentos, sendo distribuídos racialmente do seguinte modo:

Gráfico 4-Indivíduos, por raças, que recebem acima de 10 salários-mínimos



FONTE: Elaboração do autor (2025) com base na tabela 3177 do sistema SIDRA IBGE (2019).

Através dos dados presentes no gráfico 4, percebe-se que a população negra é praticamente equivalente com a branca em rendimentos acima de 10 salários-mínimos (com uma diferença de apenas cerca de 0,02%), caso não houvesse a presença da desigualdade racial por via do racismo estrutural isto deveria influenciar em uma disparidade maior e não uma certa equivalência, tendo em vista que a população negra representa quase $\frac{3}{4}$ de Castanhal perante os $\frac{1}{4}$ da população de brancos, tanto em 2010 como, principalmente, em 2022.

Logo, o que o gráfico 4 demonstra é que a população negra, levando em conta que é quase 3 vezes maior que a branca, encontra-se super-representada entre as menores faixas de rendimentos mensais e sub-representação nas maiores faixas de rendimentos mensais. Enquanto a população branca, ainda que também esteja presente nos menores rendimentos mensais (demonstrando a ainda relevante dimensão de classe social), apesar de numericamente inferior à negra, praticamente iguala-se aquela nos maiores rendimentos mensais. Nesse caso, o racismo estrutural e a racialidade enquanto produtores de uma desigualdade racial, colocam-se enquanto estruturas sociais que dificultam a ascensão e, por isso, apesar de numericamente superior, a população negra é sub-representada nos maiores rendimentos mensais. Confirmando, desse modo, o cenário em que, como pontua Gonzales (2020, p,35):

[...] A opressão racial nos faz constatar que mesmo os brancos sem propriedade dos meios de produção são beneficiários do seu exercício. Claro está que, enquanto o capitalista branco se beneficia diretamente da exploração ou superexploração do negro, a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo, a partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes,



implicam as recompensas materiais e simbólicas desejadas. Isso significa, em outros termos, que, se as pessoas possuidoras dos mesmos recursos (origem de classe e educação, por exemplo), excetuando sua afiliação racial, entram no campo da competição, o resultado desta última será desfavorável aos não brancos

Com isso, através destes dados envolvendo os rendimentos mensais, responsáveis por demonstrarem tanto a presença da desigualdade racial enquanto expressão do racismo estrutural, assim como também revelarem que entre rendas de menos 1 a 3 salários que essas são compostas majoritariamente por sujeitos negros/as, permite-se finalmente chegar a constatação de que: a população abarcada pelo faixa 1 do PMCMV, residente de áreas atravessadas por dinâmicas de precariedades e segregações socioespaciais, é majoritariamente negra.

Em razão disso, tratando-se particularmente da segregação socioespacial em áreas do PMCMV como Parque dos Buritis, Jardim das Flores e Parque dos Castanhais, os sujeitos são segregados por pertencerem aos piores segmentos no interior da classe trabalhadora e, precisamente por isso, é que são majoritariamente negros/as. Por meio dessa proposição, não se exclui a constatação de que a população branca também seja alvo de extremo empobrecimento e precariedade social, contudo, o que os dados do IBGE expressam é que os piores segmentos da classe trabalhadora possuem cor/raça que lhes são mais predominantes.

Tendo em vista que ocorre nessa situação a presença do fenômeno de racialização atuando como um critério classificador e distribuidor dos sujeitos em dados segmentos das classes sociais e, em razão disso, determinando o grau de rendimento mensal e a moradia recebida (Hasenbalg, 2005; Gonzales, 2020; Moura, 2025). Por meio do racismo estrutural, a raça irá condicionar os sujeitos a ocuparem determinados níveis de escolaridade e tipos de empregos, causando dessa maneira uma hierarquização racial presente tanto entre diferentes classes sociais quanto no interior da classe trabalhadora (Almeida, 2019).

Contudo, caberia também refletir nesse momento da discussão se, nos casos de segregação socioespacial do PMCMV em Castanhal, não estaria também contida uma certa lógica de controle social atuante em determinados sujeitos, pertencentes a determinada classe e raça?

Ainda que, como aponta Lefebvre (2001), a segregação socioespacial, na sua qualidade de controle social, não necessariamente emane de uma estratégia amplamente consciente por parte de agentes dominantes. Todavia, tal sentença não implica em desconsiderar que tal dinâmica de segregação envolve uma dimensão de controle. Afinal, de acordo com as próprias palavras Lefebvre (2001, p.104), é este que também logo em seguida afirma finalmente que:



Quer exista ou não um “sujeito” ao qual a análise possa imputá-lo, quer seja o resultado global de uma sequência de ações não combinadas ou o efeito de uma vontade, o sentido político da segregação como estratégia de classe é bem claro. Para a classe operária, vítima de segregação, expulsa da cidade tradicional, privada da vida urbana atual ou possível, apresenta-se um problema prático, portanto político.

É evidente que se, conforme se mencionou anteriormente, as áreas do faixa 1 que se localizam afastadas do centro e sem infraestrutura adequada, o são dessa forma devido, inicialmente, a dimensão mais estritamente social e econômica do PMCMV que, buscando atender a minimização dos custos para a maximização dos lucros, irá fazer com agentes imobiliários comprem terrenos baratos e construam habitações de baixa qualidade, de modo que tais moradias estejam de acordo com o grau de compra dos sujeitos contemplados pelo faixa 1. Contudo, isso posto não inviabiliza o cenário em que, o que inicialmente advinha de uma lógica de maximização de lucro, depois se converta numa ferramenta de controle social.

Ao se deixar com que determinados sujeitos sejam segregados do restante do espaço urbano de Castanhal, o que se está constituindo com isto é um controle social que irá fazer com que esses sujeitos tenham sua condição de pobreza, precariedade e dificuldade de ascensão social intensificadas. E, por meio disso, irá se reproduzir a conservação dos lugares socialmente impostos, expressos pelo: “papéis impostos pela classe dominante que precisa controlar um grande segmento da sociedade, não apenas no presente, mas também no futuro, pois se torna necessário que se reproduzam as relações sociais de produção” (Corrêa, 1989, p. 64).

Portanto, especialmente se tratando do caso de uma cidade média da Amazônia paraense, como Castanhal, que recebeu empreendimento do PMCMV que resultaram em dinâmicas de segregação. Aqui, o que se pode observar, tanto através da literatura quanto dos dados do IBGE consultados e analisados, é que se trata da presença de uma segregação (re) produzida para separar e controlar sujeitos que pertencem tanto a determinada classe social como a determinada raça. Configurando, desse modo, complexas relações que desafiam e conduzem a busca de superação de análises unidimensionais a respeito de qual dimensão/identidade dos sujeitos sociais lhes fazem serem ou não segregados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo produzido a partir do protagonismo imobiliário, o PMCMV em Castanhal teve como implicações contradições advindas tanto da lógica de diferenciação socioespacial, assim como da segregação socioespacial. No caso desta última, o que o referencial teórico ao lado dos



dados do IBGE pôde revelar é que não apenas a classe social se torna determinante de quais sujeitos serão/são segregados.

Ao contrário de análises unidimensionais que postulam uma classe social supostamente “abstrata” (por não essa ser racializada, sexualizada, generificada), o que a complexidade das dinâmicas socioespaciais revela é que os sujeitos segregados possuem variadas dimensões e identidades que se relacionam. Por isso, são segregados, no caso do presente estudo, por pertencerem a determinada classe e, sobretudo, a determinada raça.

Especialmente se tratando da segregação socioespacial veiculada através do PMCMV em Castanhal, a relação de raça e classe se estabelece a partir do racismo estrutural. Na medida que através desse fenômeno estrutural, a raça será a dinâmica estruturante responsável por distribuir os sujeitos em dadas faixas de rendimentos e, por meio disso, a determinada posição no interior de dada classe social e do tipo de moradia obtida.

Com efeito, além da raça se relaciona com a classe na segregação socioespacial, o que também se pôde encaminhar é que tal dinâmica também se converte em um meio de controle social. Conforme se compreende que os sujeitos segregados em Castanhal terão a sua situação de desigualdade, espoliação urbana e dificuldades de mobilidade social intensificadas; e, precisamente por isso, haverá uma conservação dos seus lugares/papéis no interior das relações de produção hierarquicamente estabelecidas.

Por outro lado, cabe também pontuar, nesse momento de considerações finais, que ainda que o presente estudo tenha buscado analisar e trazer à tona o elemento racial para os estudos de uma espacialidade da Amazônia Paraense, resta ainda que a variável racial seja analisada em outros processos socioespaciais em outras espacialidades da Amazônia paraense. Além disso, outras dimensões que não puderam adentrar no escopo do presente estudo, como aquelas vinculadas à sexualidade e ao gênero, também necessitam que sejam cada vez mais objetos de problematizações e estudos no âmbito da geografia paraense, diante do fato de que essas problemáticas ainda têm sido pouco estudadas.

Levando em consideração que a “geografia serve antes de mais nada para desvendar máscaras sociais” (Moreira, 2015), o que o presente estudo sugere, portanto, é que ainda restam “máscaras sociais” para serem “desvendadas”, como aquelas que encobrem, na Amazônia paraense, as relações entre os processos socioespaciais urbanos e as dimensões atreladas ao gênero, etnia, a raça e/ou sexualidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.



CARNEIRO, SUELI. Negros de peles claras. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/negros-de-pele-clara-por-sueli-carneiro/>? Acesso em 01 do 10 de 2025.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, Adauto Lucio (org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARLOS, A. F. A. Segregação socioespacial e o “direito à cidade”. **Geosp – Espaço e Tempo (On-line)**, v. 24, n. 3, p. 412-424, dez. 2020.

CARVALHO, A. S; SILVA, J. C. M; CARRERA, R. V. O; RIBEIRO, W. O. Segregação socioespacial e direito à cidade: uma análise do setor sudeste de castanhal-PA. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, Belém, v. 06, n. 02, p. 41-60, jul. / dez. 2019.

CARVALHO, Anderson de Souza. **Produção de moradias e de (in)justiças espaciais por incorporadoras imobiliárias em Castanhal-pa**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Pará. Belém, 2023.

CARRERA, R. V. O; RIBEIRO, W. O. Dinâmica imobiliária e expansão do espaço urbano na cidade média de Castanhal/Pará: os loteamentos privados no eixo da PA-320. In: RIBEIRO, W. O; BRASIL, A.P. M.S; COSTA, F. E. V. (Orgs). **Cidades Amazônicas: formas, processos e dinâmicas recentes na região de influência de Belém**. BELÉM: EDUSP, 2020.

CORRÊA, R. L. **O que é o espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989

CÔRREA, R.L. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

CRUZ, Samia Karollyne Moura. Produção da moradia, desigualdade e segregação socioespacial: uma análise do programa minha casa minha vida, em Castanhal/PA. **Geosaberes**, v.10, n.21, p.1-18, maio/ago.2019

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. (Orgs): RIOS, F; LIMA, M. Rio de Janeiro: Zahar, 2020

IBGE. Tabela 9605- população residente por cor ou raça, nos censos demográficos. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/9605>. Acesso em: 2 de Agosto de 2025
IBGE. Tabela 3177 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo situação de domicílio, sexo e classes de rendimento nominal mensal. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3177>. Acesso em: 2 Agosto de 2025.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdade racial no Brasil**. Rio de Janeiro: Humanistas, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LENCIONI, Sandra; SAINT-CLAIR, Trindade Jr. **Pesquisa socioespacial: reflexões sobre métodos e técnicas de investigação científica**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2024.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro 01, o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2017



MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. 4.Ed. São Paulo: Garibaldi, 2024.

MOREIRA, RUY. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço**. São Paulo: Contexto, 2015

NEGRI, S. M. Segregação sócio-espaical: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do Nosso Tempo**, Rondonópolis – MT, v. VII, n. 8, p. 129–153, 2008.

OLIVEIRA, Denilson Araújo de. A questão racial brasileira: apontamentos teóricos para compreensão do genocídio negro. **Revista da ABPN**, v. 12, n. 34, p. 73-98, set./nov. 2020. DOI: <https://doi.org/10.31418/2177-2770.2020.v12.n.34.p73-98>

QADEER, M. Segregação étnica em uma cidade multicultural, Toronto, Canadá. **Espaço & Debates**, São Paulo, v. 24, n. 45, p. 34–46, jan./jul. 2004

RUAS, Rhaysa. Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 12, N. 01, 2020, p.379-415.

RIBEIRO, W. O. Expansão Urbana e Segregação Socioespacial em Castanhal, Pará: Os Empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida. In: SILVA, C. N.; SILVA, J. M. P.; CHAGAS, C. A. N. (Orgs.). **Geografia na Amazônia Paraense: Territórios e Paisagens**. Belém: Gapta/UFPA, 2015.

SANTOS, Renato Emerson dos. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.) **Questões urbanas e racismo**. Rio de Janeiro: DP et Alli & Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012.

SANTOS, Karina Pimentel; CRUZ, Sâmia Karollyne Moura; DE OLIVEIRA RIBEIRO, Willame. Impondo, diferenciando e segregando: as complexas implicações do programa 'minha casa, minha vida' em castanhal/PA. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, Belém, v. 02, n. 01, p. 40-60, jan./jun. 2015.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

TRINDADE, Thiago Aparecido; PAVAN, Íris Leonhardt. Segregação urbana e a dimensão socioespacial da divisão sexual do trabalho. **Revista brasileira de ciências sociais**. vol. 37 nº 110, p. 1-19, 2022.

VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos avançados** 25 (71), p. 37-58, 2011.